

## DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

### **1. Aviso prévio.**

- I - Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio.
- II - A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- III - É ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.
- IV - O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

### **2. Insalubridade e periculosidade.**

- I - O adicional de insalubridade devido a empregado que, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, percebe salário profissional será sobre este calculado.
- II - A verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.
- III - A fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco, é nula, ainda que pactuada em acordos ou convenções coletivos.
- IV - O adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais. Em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

**3. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função;
- b) Para o fim de excluir o direito à equiparação salarial, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, incluindo-se nessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional, aprovado por ato administrativo da autoridade competente;
- c) Desde que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos;
- d) É imprescindível que, ao tempo da propositura da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, mesmo que o pedido se relacione com situação pretérita;
- e) O conceito de “mesma localidade” de que trata o artigo 461 da CLT refere-se ao mesmo município não podendo ser aplicado municípios distintos, ainda que pertencentes a mesma região metropolitana.

**4. Jornada de trabalho.**

- I - A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- II - O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.
- III - O mero não-atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.
- IV - A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

## 5. Trabalho noturno.

- I - Considera-se noturno para o trabalhador urbano aquele realizado entre as 22 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte; para o trabalhador rural, considera-se noturno o trabalho realizado entre as 20 horas de um dia e as 05 horas do dia seguinte, na lavoura, e entre as 20 horas de um dia e as 04 horas do dia seguinte na pecuária.
- II - Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas.
- III - É legal a transferência do trabalhador do período noturno para o período diurno de trabalho, contudo, em face do princípio da irredutibilidade salarial, neste caso, é vedada a supressão do adicional noturno.
- IV - Ao menor de 16 anos é proibido o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 e as 05 horas. Ao menor entre 16 e 18 anos é lícito o trabalho noturno desde que em locais ou serviços não prejudiciais à sua moralidade.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

## 6. Proteção ao salário.

- I - É nula a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.
- II - O pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido não está sujeito à correção monetária. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção monetária do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir do dia 1º.
- III - Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou contrato coletivo. Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito nos casos de conduta dolosa ou culposa, desde que, no último caso, a hipótese tenha sido acordada.

IV - O pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

## **7. Princípios e fontes do Direito do Trabalho.**

I - Enquanto as fontes heterônomas caracterizam-se pela participação dos destinatários principais em sua produção (por exemplo, os costumes), as fontes autônomas, caracterizam-se pela ausência dessa participação (por exemplo, a lei).

II - No Direito do Trabalho há uma rígida hierarquia de suas fontes, estando no ápice a Constituição da República, seguida das leis, decretos, regulamento de empresa e normas contratuais.

III - O princípio da norma mais favorável disciplina que, havendo razoável interpretação de duas normas, deve-se optar por aquela mais vantajosa ao trabalhador. Referida princípio não é aplicado no plano processual, nesse aplica-se o princípio *in dubio pro misero* significando que, havendo dúvida na interpretação das provas produzidas, deve-se decidir a demanda favoravelmente ao trabalhador.

IV - O princípio da primazia da realidade disciplina que os fatos definem a verdadeira relação jurídica havida entre as partes, contudo, referido princípio não permite a prevalência da prova testemunhal sobre a documental.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

## **8. Prescrição.**

I - Na ação de equiparação salarial, a prescrição é total e inicia-se após o término do contrato de trabalho do reclamante ou paradigma, respeitado o período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.

- II - Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data da extinção do contrato de trabalho e, não, às anteriores ao quinquênio da data do ajuizamento da reclamação.
- III - A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.
- IV - A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

#### **9. Férias.**

- I - Na modalidade do regime de tempo parcial após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de quatorze dias, quando a duração do trabalho semanal for superior a quinze horas, até vinte horas.
- II - O empregador poderá deduzir do período de férias as faltas injustificadas do empregado ao serviço.
- III - As férias do empregado menor de 18 (dezoito) anos, somente em casos excepcionais, poderão ser concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.
- IV - Segundo entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho, mesmo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

#### **10. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O sábado do bancário é dia útil não trabalhado, não dia de repouso remunerado. Não cabe a repercussão do pagamento de horas extras habituais em sua remuneração;
- b) O caixa bancário, ainda que caixa executivo, não exerce cargo de confiança. Se perceber gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, essa remunera apenas a maior responsabilidade do cargo e não as duas horas extraordinárias além da sexta;
- c) As empresas de crédito, financiamento ou investimento, também denominadas *financeiras*, equiparam-se aos estabelecimentos bancários para os efeitos do art. 224 da CLT;
- d) Não integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, ainda que exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do banco empregador;
- e) O bancário exercente de função de confiança, que percebe a gratificação não inferior ao terço legal, ainda que norma coletiva contemple percentual superior, não tem direito às sétima e oitava horas como extras, mas tão-somente às diferenças de gratificação de função, se postuladas.

#### **11. Contrato de trabalho por prazo determinado.**

- I - Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada. O contrato de trabalho por prazo determinado, salvo o de experiência, não poderá exceder a dois anos e admite uma única prorrogação.
- II - O contrato de experiência poderá ser prorrogado mais de uma vez, desde que o prazo total não exceda a 90 (noventa) dias.
- III - Havendo termo estipulado o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.
- IV - Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

## 12. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os digitadores, por aplicação analógica do art. 72 da CLT, equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 10 (dez) minutos a cada 90 (noventa) de trabalho consecutivo;
- b) Para amamentar o próprio filho, até que este complete 06 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 02 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um, podendo o período, se necessário, ser dilatado, a critério da autoridade competente;
- c) No trabalho nas minas de subsolo, em cada período de 03 (três) horas consecutivas de trabalho, será obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos para repouso, o qual será computado na duração normal do trabalho efetivo;
- d) Para os empregados que trabalham no interior de câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um intervalo de 30 (trinta) minutos de repouso, computando esse intervalo na jornada de trabalho;
- e) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.

## 13. Horas “in itinere”.

- I - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.
- II - A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que não gera o direito às horas “in itinere”.
- III - Ainda que haja transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas "in itinere" remuneradas serão calculadas sobre todo o tempo gasto no trajeto, não se limitando ao trecho não alcançado pelo transporte público.
- IV - Considerando que as horas “in itinere” são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

**14. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer;
- b) Enquanto a indisciplina é o descumprimento de regras gerais impostas pelo empregador indistintamente a todos os empregados, a insubordinação é o descumprimento de ordens especificamente dirigidas a determinado empregado ou grupo de empregados;
- c) A pornografia, a libertinagem, o desregramento sexual caracterizam a incontinência de conduta ensejadora da dispensa do empregado com justa causa;
- d) Considera-se justa causa, para efeito de rescisão do contrato de trabalho do empregado bancário, a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis;
- e) Constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido a suspensão da execução da pena, exclusivamente no tocante a crimes decorrentes do cumprimento do contrato de trabalho.

**15. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS;
- b) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial;
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas são isentas do pagamento das custas;
- d) Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988;
- e) O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

**16. Horas extraordinárias.**

- I - A supressão, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O



cálculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos 12 (doze) meses, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

- II - Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal.
- III - O empregado, sujeito a controle de horário, remunerado à base de comissões, tem direito ao adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas.
- IV - O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele aplica-se o valor do salário-hora da época da extinção do contrato de trabalho.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

**17. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente;
- b) Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa;
- c) A equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na CLT é meramente jurídica e não econômica, sendo indevidos valores a título de reposição de diferenças;
- d) A estabilidade provisória do cipeiro não constitui vantagem pessoal, mas garantia para as atividades dos membros da CIPA. Contudo, ainda que extinto o estabelecimento e, portanto, impossível a reintegração, é devida a indenização do período estável;
- e) São pressupostos para a concessão da estabilidade decorrente de acidente de trabalho o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

**18. Liberdade sindical**

- I - É obrigatória a filiação de trabalhador ao sindicato de sua respectiva categoria.
- II - É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- III - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- IV - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

**19. Sobre o direito de greve, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Na greve em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação;
- b) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as ações que envolvam o exercício do direito de greve;
- c) A participação em greve suspende o contrato de trabalho e, conseqüentemente, em nenhuma hipótese serão devidos os salários relativos a esse período;
- d) Não se tratando de serviços ou atividades essenciais, os empregadores e ou a entidade patronal correspondente serão notificação da realização da greve com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
- e) Em nenhuma hipótese será possível a rescisão do contrato de trabalho durante o período de greve.

**20. Não será permitido estipular duração de Convenção ou Acordos superior a:**

- a) 01 mês;
- b) 06 meses;
- c) 01 ano;
- d) 18 meses;
- e) 02 anos.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**21. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal a homologação de sentença estrangeira e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias;
- b) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução e será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- c) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria absoluta de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento na forma estabelecida em lei;
- d) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal;
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, os membros do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.

**22. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, um terço dos votos dos respectivos membros;
- b) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal, direito processual penal, direito civil, direito processual civil e direito do trabalho;
- c) Concluída a votação do projeto de lei, este será enviado ao Presidente da República para sanção. Se o Chefe do Poder Executivo considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e em seguida, dentro de quarenta e oito horas, comunicará ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto;
- d) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal;
- e) A iniciativa das leis complementares cabe exclusivamente ao Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e ao Procurador-Geral da República.

**23. Na expressão “República Federativa do Brasil”:**

- a) O termo “República” indica a forma de Estado (Estado federal) e está em contraposição ao Estado unitário;
- b) O termo “Federativa” indica a forma de Governo e, de uma forma singela, está em contraposição à Monarquia;
- c) O termo “República” indica a forma de Governo, a qual é impossível de ser alterada pelo legislador constituinte derivado uma vez que está protegida por cláusula pétreia;

- d) O termo “Federativa” indica uma forma de Estado, a qual é impossível de ser alterada pelo legislador constituinte derivado uma vez que está protegida por cláusula pétrea;
- e) O legislador constituinte originário estabeleceu como cláusulas pétreas tanto a forma de Governo quanto a forma de Estado.

**24. No artigo 5º. da Constituição da República foram elencados diversos direitos e garantias relacionados ao processo e ao procedimento, porém dentre eles NÃO consta expressamente:**

- a) o duplo grau de jurisdição;
- b) o contraditório;
- c) o direito de petição aos Poderes Públicos;
- d) o princípio da inafastabilidade da Jurisdição;
- e) o princípio do juiz natural.

**25. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O Poder Constituinte pode ser classificado em originário e derivado e este em decorrente e reformador;
- b) A Constituição da República Federativa do Brasil pode ser classificada como formal, escrita, dogmática, promulgada e rígida;
- c) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são os fundamentos da República Federativa do Brasil;
- d) O Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade de auto-organização dos Estados-membros em face da autonomia político-administrativa conferida a eles pelo Poder Constituinte originário;
- e) No tocante a aplicabilidade das normas constitucionais, pode-se conceituar as normas de eficácia plena como sendo aquelas que os interesses foram suficientemente regulados pelo legislador constituinte, contudo, foi deixada margem à atuação restritiva da competência discricionária do Poder Público.

**26. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Haverá, pelo menos, um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado da Federação;
- b) Nas localidades não abrangidas pela Jurisdição das Varas do Trabalho, esta poderá ser exercida por juízes de direito, com recurso ao respectivo Tribunal de Justiça;
- c) um terço dos membros do Tribunal Superior do Trabalho é composto por advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho, com mais de dez anos de efetivo exercício;
- d) Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

- e) Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos, no mínimo, de quinze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais trinta e menos de sessenta e cinco anos.

**27. Controle da constitucionalidade.**

- I - No Brasil, o controle da constitucionalidade exercido pelo Poder Judiciário é realizado tanto na forma concentrada quanto na forma difusa. Nesta última, é permitido a todo e qualquer juiz, num caso concreto, a análise da compatibilidade do ordenamento jurídico com a Constituição da República.
- II - Compete privativamente à Câmara dos Deputados suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- III - A declaração de inconstitucionalidade de lei pela via de exceção gera efeitos “erga omnes”, enquanto que a declaração de inconstitucionalidade pela via de ação atinge somente as partes.
- IV - São espécies de controle concentrado contemplados pela Constituição da República a ação direta de inconstitucionalidade, a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e a ação declaratória de constitucionalidade.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;  
b) apenas três opções estão corretas;  
c) apenas duas opções estão corretas;  
d) apenas uma opção está correta;  
e) todas as opções estão incorretas.

**28. Quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, deve-se ajuizar:**

- a) mandado de segurança;  
b) mandado de injunção;  
c) habeas corpus;  
d) habeas data;  
e) ação popular.

**DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO**

**29. Compete exclusivamente à autoridade judiciária brasileira:**

- a) proceder ao inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional;
- b) quando o réu, qualquer que seja sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;
- c) quando a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil;
- d) quando no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação;
- e) quando ambas as partes tiverem domicílio no Brasil.

**30. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:**

- a) às leis delegadas;
- b) às leis ordinárias;
- c) às leis complementares;
- d) às medidas provisórias;
- e) às emendas constitucionais.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**31. Dadas as proposições, aponte abaixo a alternativa CORRETA:**

- I - O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, que se extrai do § 1º do art. 515 do CPC, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contra-razões, aplicando-se, inclusive, ao caso de pedido não apreciado na sentença.
  - II - A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente ao término do prazo recursal e não do dia seguinte à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo. Não se tratando a juntada dos originais de ato que dependa de notificação, pois a parte, ao interpor o recurso, já tem ciência de seu ônus processual, não se aplica a regra do artigo 184 do CPC, quanto ao *dies a quo* podendo coincidir com sábado, domingo ou feriado.
  - III - Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico e de rural, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado.
  - IV - Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.
- a) Todas as proposições estão corretas;

- b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- c) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- d) Apenas as proposições II e IV estão corretas;
- e) Apenas as proposições I e IV estão corretas.

**32. Dadas as proposições, aponte a alternativa CORRETA:**

- I - O confesso nem sempre é revel, mas o revel é sempre confesso, pois a falta de defesa resulta na inexistência de objeto litigioso.
  - II - A carta de fiança bancária não equivale a dinheiro para efeito de gradação dos bens penhoráveis, estabelecida no art. 655 do CPC.
  - III - O reclamado que, mesmo comparecendo à audiência inaugural designada, não apresenta defesa, é considerado revel.
  - IV - É admissível a apresentação de procuração, nos termos do art. 37 do CPC, mesmo na instância recursal, já que a interposição de recurso se constitui num ato reputado urgente, desde que a parte tenha protestado por posterior juntada.
- a) Todas as proposições estão corretas;
  - b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
  - c) Apenas as proposições III e IV estão corretas;
  - d) Apenas as proposições II e III estão corretas;
  - e) Apenas a proposição IV está incorreta.

**33. Considere as proposições abaixo.**

- I - Fixado o valor da causa pelo juiz, qualquer das partes poderá, em razões finais, impugnar o valor fixado e, se o juiz o mantiver, é cabível o pedido de revisão, no prazo de 48 horas, dirigido ao Presidente do Tribunal Regional respectivo.
  - II - De acordo com a jurisprudência consolidada do C. TST, foi recepcionado pela Constituição de 1988 o § 4º, art. 2º, da Lei 5.584/70, o qual fixa em dois salários mínimos os dissídios de alçada exclusiva das Varas do Trabalho.
  - III - O prazo para o reclamado comprovar a efetivação do depósito recursal e o recolhimento das custas judiciais é o do recurso, sob pena de deserção.
  - IV - Ainda que não seja associado do sindicato, o trabalhador poderá receber a assistência judiciária sindical de que fala a Lei n.º 5.584/70.
- a) Todas as proposições estão corretas;
  - b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
  - c) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;

- d) Apenas as proposições II e IV estão corretas;
- e) Apenas as proposições I e IV estão corretas.

**34. Considere as proposições abaixo.**

- I - Quando houver controvérsia entre autoridades judiciárias trabalhistas sobre a reunião ou separação de processos, dá-se o conflito de competência.
- II - No TST, o Ministro-relator poderá determinar, a requerimento de qualquer das partes ou mesmo de ofício, o sobrestamento do processo, na hipótese de o conflito de competência ser positivo, e, sendo negativo o conflito, poderá designar um dos órgãos para, em caráter provisório, decidir as medidas urgentes.
- III - É da competência do juiz corregedor executar as decisões, em única ou última instância, proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- IV - Havendo conflito de competência, positivo ou negativo, entre órgão de primeiro grau de jurisdição da Justiça do Trabalho e órgão de primeiro grau de jurisdição da Justiça Estadual não investido de jurisdição trabalhista é o Superior Tribunal de Justiça o órgão competente para decidir o conflito.
  - a) Todas as proposições estão corretas;
  - b) Apenas a proposição I está incorreta;
  - c) Apenas a proposição II está incorreta;
  - d) Apenas a proposição III está incorreta;
  - e) Apenas a proposição IV está incorreta;

**35. Em matéria de competência, dadas as proposições, aponte a alternativa CORRETA:**

- I - Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar ação trabalhista no foro da prestação de serviços ou no do seu domicílio.
- II - Quando for parte no dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da vara da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a vara da localidade em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima.
- III - Não havendo convenção internacional dispendo em sentido contrário, a competência territorial das Varas do Trabalho estende-se às lides ocorridas em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro, independentemente da nacionalidade do empregador.



IV - A competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado prestar serviços ao empregador, no local da contratação ou do seu domicílio.

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- c) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- d) Apenas as proposições II e III estão corretas;
- e) Apenas as proposições I e IV estão corretas.

**36. Considerando a jurisprudência consolidada do C. TST, sobre ação rescisória, analise as proposições dadas, apontando a alternativa CORRETA:**

I - sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda, não é documento novo apto a viabilizar a desconstituição do julgado por intermédio de ação rescisória.

II - É incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.

III - O sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo, entretanto, necessária a citação de todos os empregados substituídos, porquanto existente litisconsórcio passivo necessário.

IV - A ação rescisória calcada em violação de lei não admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas;
- d) Apenas as proposições III e IV estão corretas;
- e) Apenas as proposições I e III estão corretas.

**37. Leia as proposições sobre as comissões de conciliação prévia, apontando abaixo a alternativa CORRETA:**

I - Podem ser instituídas por sindicatos, por grupos de empresa ou ter caráter intersindical, sendo, obrigatoriamente, de composição paritária, com representantes dos empregadores e empregados, com a atribuição de tentar conciliação dos conflitos individuais do trabalho.

II - A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo dois e, no máximo, dez membros, com respectivos suplentes. A metade de seus membros será indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos empregados, em escrutínio

secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria profissional ou pela Delegacia Regional do Trabalho da localidade.

- III - Todos os membros componentes da Comissão, titulares e suplentes, gozam de estabilidade provisória no emprego, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
- IV - O termo de conciliação, revestido das formalidades legais, se constitui em título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória especificamente quanto às parcelas reclamadas e os respectivos valores, exceto quanto às ressalvas expressamente feitas.
  - a) Todas as proposições estão corretas;
  - b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
  - c) Apenas as proposições I e IV estão corretas;
  - d) Apenas a proposição I está correta;
  - e) Apenas as proposições II e IV estão corretas;

### **38. Dissídio coletivo.**

- I - A revisão das decisões proferidas em dissídio coletivo, segundo a CLT, pode ser promovida após um ano da sua vigência, desde que tenha havido modificação das circunstâncias que as ditaram, de modo que as condições de trabalho se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.
- II - A decisão sobre novas condições de trabalho poderá também ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal, por solicitação de um ou mais sindicatos de empregados, de um ou mais empregadores, ou qualquer sindicato destes.
- III - Na audiência designada, comparecendo ambas as partes ou seus representantes, o presidente do Tribunal as convidará para se pronunciarem sobre as bases da conciliação. Caso não sejam aceitas as bases propostas, o presidente submeterá aos interessados a solução que lhe pareça capaz de resolver o dissídio. Se houver acordo lavrar-se-á o termo, assinado pelo presidente e pelas partes, consignando-se o prazo e demais condições para seu cumprimento.
- IV - A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada à aprovação da assembléia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 (dois terços) dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) dos presentes.
  - a) Todas as proposições estão incorretas;
  - b) Apenas a proposição III está incorreta;
  - c) Apenas a proposição IV está incorreta;
  - d) Apenas as proposições III e IV estão incorretas;
  - e) Apenas a proposição I está correta;

**39. Considere as proposições dadas, aponte abaixo a alternativa CORRETA:**

- I - Tratando-se de prestações sucessivas, por tempo indeterminado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.
  - II - A execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á nos próprios autos da ação que lhe deu origem.
  - III - A liquidação de sentença por artigos, no Processo do Trabalho, pode ser iniciada tanto pelo credor, quanto pelo devedor ou, ainda, *ex officio* pelo juiz. Por isso, persiste o entendimento consagrado em súmula, no sentido que a prescrição intercorrente não é compatível com a execução trabalhista.
  - IV - Os débitos trabalhistas das entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial estão sujeitos à correção monetária desde o respectivo vencimento até o seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, não incidindo, entretanto, sobre tais débitos, juros de mora.
- a) Todas as proposições estão corretas;
  - b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
  - c) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
  - d) Apenas as proposições III e IV estão corretas;
  - e) Apenas as proposições II e IV estão corretas.

**40. Considerando a jurisprudência consolidada do C. TST, analise as proposições dadas, apontando a alternativa CORRETA:**

- I - À falta de previsão legal, aos servidores públicos não foi assegurado o direito ao reconhecimento de convenções e acordos coletivos de trabalho, pelo que, por conseguinte, também não lhe é facultada a via do dissídio coletivo.
  - II - A comprovação da legitimidade *ad processum* da entidade sindical se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988.
  - III - A deserção se impõe mesmo não tendo havido intimação para o recolhimento das custas, pois incumbe à parte, na defesa do próprio interesse, obter os cálculos necessários para efetivar o preparo.
  - IV - No tocante à estabilidade do acidentado, não é possível a prevalência de acordo sobre legislação vigente, quando ele é menos benéfico do que a própria lei, porquanto o caráter imperativo dessa última restringe o campo de atuação da vontade das partes.
- a) Todas as proposições estão corretas;
  - b) Apenas as proposições I e II estão corretas;

- c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas;
- d) Apenas as proposições III e IV estão corretas;
- e) Apenas as proposições I e III estão corretas.

**41. Considerando a jurisprudência consolidada do C. TST, analise as proposições dadas, apontando a alternativa CORRETA:**

- I - Há interesse do Ministério Público do Trabalho para recorrer contra decisão que declara a existência de vínculo empregatício com sociedade de economia mista, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público.
  - II - Incabível recurso de revista de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância, ressalvada a hipótese de ter sido agravada, na segunda instância, a condenação imposta.
  - III - Desnecessária a outorga de poderes especiais ao patrono da causa para firmar declaração de insuficiência econômica, destinada à concessão dos benefícios da Justiça Gratuita.
  - IV - Válidos são os atos praticados por estagiário se, entre o substabelecimento e a interposição de recurso, sobreveio a habilitação, do então estagiário, para atuar como advogado.
- a) Todas as proposições estão corretas;
  - b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
  - c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas;
  - d) Apenas as proposições III e IV estão corretas;
  - e) Apenas as proposições I e III estão corretas.

**42. Analise as proposições dadas, apontando a alternativa CORRETA:**

- I - A adequação jurídica ou reenquadramento jurídico da situação fática assentada no acórdão regional é impossível no juízo *ad quem* posto que implicaria em revolvimento de fatos e provas, o que é vedado em tal situação.
- II - O silêncio acerca de fato desfavorável relevante ou a abstenção de produzir prova capaz de beneficiar a parte contrária, imputadas à parte vencedora, tipificam conduta capaz de justificar a rescisão da sentença.
- III - A prática de um ato processual determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho, atuando em um feito de sua competência originária, ao Juiz do Trabalho de 1º Grau, sediado no interior do Estado, far-se-á mediante a expedição de carta precatória.
- IV - Por ser terminativa na jurisdição trabalhista, a decisão que acolhe a exceção de incompetência em razão da matéria e determina a remessa dos autos para outro órgão jurisdicional, comporta recurso ordinário de imediato.

- a) Todas as proposições estão incorretas;
- b) Há apenas uma proposição correta;
- c) Há apenas duas proposições corretas;
- d) Há apenas três proposições corretas;
- e) Todas as proposições estão corretas.

**43. Considerando a jurisprudência consolidada do C. TST, analise as proposições dadas, apontando a alternativa CORRETA:**

- I - A tutela antecipada concedida antes da prolação da sentença é impugnável por mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.
- II - Embora não haja atividade cognitiva, a decisão que declara extinta a execução, nos termos do art. 794 c/c 795 do CPC, extingue a relação processual e a obrigacional, sendo passível de ação rescisória.
- III - A decisão que conclui estar preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de liquidação, por ensejar tão-somente a formação de coisa julgada formal, não é suscetível de ação rescisória.
- IV - A concessão de liminar constitui faculdade do juiz, no uso de seu poder discricionário e de geral de cautela, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via de mandado de segurança.

- a) Todas as proposições estão incorretas;
- b) Há apenas uma proposição correta;
- c) Há apenas duas proposições corretas;
- d) Há apenas três proposições corretas;
- e) Todas as proposições estão corretas.

**44. A quem compete apreciar acordo celebrado pelas partes, para efeito de homologação, sabendo-se que o processo aguarda data para inclusão em pauta, em uma das Turmas do TST, para julgamento de Recurso de Revista?**

- a) ao Ministro Relator do Recurso de Revista;
- b) à Turma do TST, na qual está o processo inserido, aguardando a inclusão em pauta;
- c) ao Ministro Presidente do TST;
- d) ao Tribunal Regional do Trabalho de origem, por meio do seu órgão interno que prolatou a decisão revisanda que ensejou o Recurso de Revista.
- e) ao juízo de 1º grau prolator da sentença.

**45. Em relação ao procedimento Sumaríssimo. Marque a alternativa INCORRETA:**

- a) A apreciação da ação trabalhista deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias, a contar da data do seu ajuizamento;
- b) a não indicação correta do nome e/ou endereço do reclamado, importará na extinção do processo sem apreciação do mérito, com o conseqüente arquivamento dos autos;
- c) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, podendo, inclusive, dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica;
- d) Todas as provas, ainda que não requeridas previamente pelas partes, serão produzidas na audiência designada, que será una. As exceções e os incidentes processuais havidos serão resolvidos na sentença.
- e) Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva.

### **DIREITO COMERCIAL**

#### **46. Em relação à recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, aponte a alternativa INCORRETA:**

- a) Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito e as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
- b) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário
- c) O administrador judicial que não apresentar, no prazo estabelecido, suas contas ou qualquer dos relatórios previstos nesta Lei será intimado pessoalmente a fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de desobediência. Decorrido o citado prazo, o juiz destituirá o administrador judicial e nomeará substituto para elaborar relatórios ou organizar as contas, explicitando as responsabilidades de seu antecessor.
- d) A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.
- e) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, desde que estejam vencidos.

#### **47. Analise as proposições abaixo:**

- I - Constituem princípios da política Nacional de Relações de Consumo, conforme o Código de Defesa do Consumidor, entre outros: educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo; a racionalização e melhoria dos serviços públicos; estudo constante das modificações do mercado de consumo.
- II - A inversão do ônus da prova está expressamente prevista no CDC, como um dos direitos básicos do consumidor visando a facilitação da respectiva defesa, estando o juiz cível

autorizado, a seu critério, a aplicá-la quando for verossímil a alegação ou quando o consumidor for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.

- III - A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos, constituem em certos direitos básicos do consumidor.
  - IV - A instauração de inquérito civil, até seu encerramento, suspende o prazo decadencial para o consumidor reclamar pelos vícios existentes em produtos ou serviços.
- a) Apenas as proposições I, II e III estão corretas;
  - b) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
  - c) Apenas as proposições II e III estão corretas;
  - d) Apenas as proposições III e IV estão erradas;
  - e) Todas as proposições estão corretas.

**48. Com base nas disposições contidas no novo Código Civil, considere as seguintes proposições:**

- I - Qualquer sócio poderá se retirar de um sociedade por prazo indeterminado mediante notificação aos demais sócios com 60 (sessenta) dias de antecedência.
  - II - A nomeação do administrador deverá, obrigatoriamente, constar do contrato social.
  - III - A maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, poderá excluir um ou mais sócios que estejam pondo em risco a continuidade da sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, mediante alteração do contrato social, ainda que não haja previsão para tanto.
  - IV - A administração da sociedade compete exclusivamente a quem dela for sócio.
- a) Todas as proposições estão incorretas;
  - b) Apenas a proposição I está correta;
  - c) Apenas a proposição III está correta;
  - d) Apenas as proposições II e IV estão corretas;
  - e) Apenas as proposições I e III estão corretas.

**49. Dadas as proposições acerca do contrato de representação comercial, aponte abaixo a alternativa CORRETA:**

- I - É vedada a inclusão de cláusulas *del credere* no contrato de representação comercial.
- II - No silêncio do contrato, está implícita a inclusão de cláusulas *del credere*.
- III - Não é permitida a exigência contratual de exclusividade na representação comercial.
- IV - A exclusividade de representação não se presume na ausência de ajustes expressos.

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas;
- d) Apenas as proposições III e IV estão corretas;
- e) Apenas as proposições I e IV estão corretas.

**50. A desconsideração da pessoa jurídica, para estender aos bens particulares dos administradores ou seus sócios, os efeitos de certas e determinadas obrigações, exige que seja constatado:**

- a) o encerramento da liquidação da pessoa jurídica não havendo bens suficientes para a quitação da totalidade das dívidas;
- b) o estado de insolvência da pessoa jurídica, caracterizado pela absoluta ausência de bens;
- c) o uso abusivo da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial;
- d) a declaração de falência da pessoa jurídica;
- e) o enriquecimento do sócio e a insolvência da pessoa jurídica.